

Carla

Reunião Ordinária – Ata nº 15/2014

Data – 2014-07-29

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 11.00 horas

Presenças:

Presidente	João Carlos Caseiro Gomes (em substituição)
Vereadores	Celeste Maria Ferreira Riachos Simão Luís Filipe Correia Dias Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço (em substituição)

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Faltas justificadas: Não estiveram presentes a Presidente da Câmara, Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque, e os vereadores Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatós Reis e Avelino Manuel Conceição Manana, por se encontrarem de férias.



Resumo Diário da Tesouraria de 28-07-2014:

a) Dotações Orçamentais	€6.995.991,10
b) Dotações não Orçamentais.....	€194.203,85
Total das Disponibilidades	€7.190.194,95



Não podendo estar presente na reunião, por se encontrar de férias, o vereador eleito pela CDU – Coligação Democrática Unitária, Avelino Manuel Conceição Manana, manifestou, na reunião anterior, a sua vontade de se fazer substituir pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista da CDU – Coligação Democrática Unitária apresentada às Eleições Autárquicas de 2013, Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço.

Desta forma, dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-

-se que Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço se encontrava no edifício dos Paços do Concelho, foi a mesma convocada e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.



O Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção da vereadora Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA (artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA E VEREADOR JOÃO GOMES

O Vice-Presidente da Câmara começou por dar conta que, como já vem sendo habitual, desde 2005, foi editado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e apresentado no passado dia 22 de julho, o "Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses", referente ao exercício económico do ano 2013.

No documento são analisados e comentados os documentos de Prestação de Contas dos Municípios e a informação patrimonial, económica, financeira e orçamental, agregada para a totalidade dos Municípios e por grandes grupos, atendendo à dimensão (pequenos, médios e grandes municípios), medida em número de habitantes.

No contexto dos 308 Municípios, o Município de Abrantes aparece incluído no grupo de municípios de média dimensão (grupo de municípios com população superior a 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes e ocupa a 76ª posição no conjunto dos 308 municípios do país.

Após leitura e análise dos vários capítulos do Anuário, conclui-se que as referências feitas ao Município de Abrantes são positivas. Não se verifica a referência ao Município de Abrantes em qualquer um dos mapas de indicadores ou rácios que traduzem situações orçamentais e financeiras negativas.

Para além de analisar a conformidade e fiabilidade das contas, o Anuário, analisou, no Capítulo 5 – "Ranking Global", a eficiência na utilização dos recursos financeiros por parte de cada um dos municípios.

Dessa análise resultou um ranking global dos municípios com base num conjunto de 15 indicadores previamente definidos e foram selecionados os 10 melhores municípios de grande



dimensão, os 25 melhores municípios de média dimensão e os 35 melhores municípios de pequena dimensão.

O Município de Abrantes, que integra o grupo de municípios de média dimensão, ocupando o 14º lugar no "ranking global dos 30 melhores municípios de média dimensão, em termos de eficiência financeira - 2013", com 134 pontos, sendo o 2º do distrito de Santarém. No ano anterior, o Município de Abrantes ocupava a 21ª posição do ranking, pelo terá havido uma melhoria significativa da eficiência financeira.

A eficiência financeira do município volta a estar em destaque quando analisado o período 2010 a 2013 (4 anos do último mandato), ocupando, o Município, o 18º lugar no ranking dos melhores 25 municípios de média dimensão.

Fez ainda nota das referências feitas aos Serviços Municipalizados de Abrantes, nomeadamente:

- 14º lugar na listagem de serviços municipalizados sem endividamento líquido no final do exercício 2013 (-1.376.311,00€);
- 15º lugar na listagem de serviços municipalizados com Resultados Económicos positivos (55.576,00€).

Tomado conhecimento.



O Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento que, no próximo dia 30 de julho, será realizada uma intervenção para reparação de um abatimento na Avenida António Farinha Pereira, junto à Rotunda do Olival, em Alferrarede, que implicará que o trânsito flua de forma alternada no local, durante todo esse dia.

Tomado conhecimento.



Disse também que, entre os dias 31 de julho e 14 de agosto, decorrerão também as obras de reparação do pavimento da Avenida das Forças Armadas e da Avenida 25 de Abril.

Tomado conhecimento.



Prestou informação de que vem acompanhando a situação das obras na ponte rodoviária sobre o Rio Tejo junto com a EP - Estradas de Portugal, IP. Neste momento, a EP ainda não apresentou o planeamento com a indicação da data para o início dos condicionamentos do trânsito. Esclareceu que há trabalhos a decorrer, mas sem necessidade ainda de condicionar o trânsito. Disse que, logo que a EP informe sobre o início da interrupção a câmara municipal fará a necessária divulgação junto das populações.

C. F. =
CF

Referiu ainda que a câmara municipal tem vindo a prestar os esclarecimentos que lhe são solicitados e que têm sido colhidos diversos contributos e cidadãos e empresas relativamente às alternativas de transporte.

Tomado conhecimento.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão informou que estará de férias no período entre 4 e 22 de agosto. Disse, contudo, que este período ainda poderá estar sujeito a alteração.

Tomado conhecimento.



VEREADOR LUÍS DIAS

O vereador Luís Dias deu conhecimento que, no dia 28 de julho foi inaugurada, na Biblioteca Municipal António Botto, em Abrantes, a exposição "Portugal na Guerra de 1914.18", seguida de conferência "Portugal e a Grande Guerra", pelo Coronel Luís Albuquerque do Museu Militar de Lisboa.

Tomado conhecimento.



Em seguida, apresentou uma declaração alusiva ao desporto em Abrantes, que a seguir se transcreve:

"O desporto em Abrantes, seja numa vertente de lazer, recreação ou bem-estar ou na sua extensão competitiva, granjeia, por parte da nossa comunidade, de uma dimensão de participação, de promoção e de diversidade de práticas de largo espectro.

Há muito que a atividade desportiva em Abrantes é entendida como uma necessidade estratégica na vida dos nossos cidadãos, quer como forma de assegurar o seu desenvolvimento pessoal, quer como garantia de uma vida saudável e com mais qualidade para todos.

O Município de Abrantes tem procurado, ao longo dos últimos anos, proporcionar as melhores condições para a prática desportiva, quer do ponto de vista das infraestruturas, quer no apoio diversificado e continuado aos diferentes agentes (pais, professores, treinadores, dirigentes e atletas, clubes e associações).

Os resultados da participação dos nossos munícipes em manifestações desportivas regulares ou ocasionais (ex. ABT Night Runner e as caminhadas frequentes pelo território, numa perspetiva intergeracional; os torneios de escolinhas, em futebol; as provas de BTT e de Cicloturismo; o



apoio ao Desporto Escolar; o acolhimento constante de variadas equipas e de estágios, torneios e provas) e dos nossos atletas, clubes e associações em provas regionais, nacionais e internacionais (ex. Mariana António, atleta abrantina do Sporting Clube de Abrantes, ontem, que integrou a estafeta de Portugal e que conquistou a medalha de ouro nos Jogos da CPLP, em Luanda; de Francisca Laia, do C.D. "Os Patos", campeã nacional de velocidade, na prova dos 500m, realizada no pretérito fim-de-semana, em Montemor-o-Velho ou o honroso 6º lugar, na final A de K2 500m, no Campeonato do Mundo de Sub23, que decorreu na Hungria, no dia 20; de Susana Estriga, atleta tramagalense e os recém-conquistados 3 títulos de campeã nacional de veteranos; de Tiago Aperta e Larissa Vieira, campeões de Portugal, no lançamento do dardo e na estafeta 4x100m femininos, respetivamente; do Clube Náutico de Abrantes, nos Campeonatos Nacionais Juvenis e Absolutos, no Complexo Desportivo do Jamor, com a presença de dezenas de nadadores, destacando o 2º lugar de Madalena Silva, nos 50m bruços, em Absolutos), entre tantos outros destaques desta e de outras épocas desportivas, comprovam que o desporto em Abrantes é fator inequívoco de um pulsar comunitário, da valorização humana e social, de formação e promoção do nosso tecido associativo e um meio privilegiado para a ocupação dos tempos livres dos nossos concidadãos."

Tomado conhecimento.



VEREADORA RICARDINA LOURENÇO

A vereadora Ricardina Lourenço disse que teria algumas questões a apresentar sobre a questão das obras na ponte rodoviária, mas que, entretanto, foram esclarecidas pelo Vice-Presidente da Câmara, o que agradeceu.

Tomado conhecimento.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Nº 01 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício do Comandante Operacional Municipal, datado de 11 de julho de 2014, a enviar o 2º relatório trimestral de 2014, ao abrigo do protocolo celebrado com a Associação dos Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação. - 181272

Tomado conhecimento.

Coife
Cal

Nº 02 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício do Grupo Parlamentar do PS – Partido Socialista, informando que a Moção da Câmara Municipal de Abrantes foi encaminhada para a Coordenadora dos Deputados do PS, na Comissão Parlamentar de Saúde, para efeitos de conhecimento e outros tidos por convenientes. - 169453

Tomado conhecimento.



Nº 03 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta da circular 85/2014-PB da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a informar que, na sequência da apresentação pelo Governo Português das versões preliminares do Acordo de Parceria 2014-2020 e respetivos Programas Operacionais, apresentou ao Governo o documento "Base para discussão entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo de Portugal sobre a territorialização na aplicação e gestão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no PORTUGAL 2020". - 180821

Tomado conhecimento.



Nº 04 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta da circular 86/2014-FD da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a informar que dispõe de uma Delegação em Lisboa onde disponibiliza aos seus Associados, mediante marcação prévia, apoio jurídico e no âmbito das finanças locais. - 181323

Tomado conhecimento.



Nº 05 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um email da TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, a agradecer a participação no Seminário Final Tajo/Tejo Vivo que se realizou no passado dia 11 de Julho de 2014, no Centro Náutico de Constância. - 181632

Tomado conhecimento.



Nº 06 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um email do Grupo Parlamentar do PCP – Partido Comunista Português, dando conhecimento do Projeto de Lei n.º 634/XII /3.ª, entregue na Assembleia da República (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que Regulamenta a Lei da Organização do Sistema Judiciário e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais). No referido

*Prof.
Cet*

Projeto de Lei, o Grupo Parlamentar "(...)considera que nenhum dos atuais tribunais de comarca deve ser encerrado e que em todas as atuais comarcas deve continuar a existir um tribunal de competência genérica em matéria cível e criminal. De igual modo, nenhum tribunal deve perder valências de que atualmente disponha por via da concentração de tribunais especializados. Assim, o PCP aceita que sejam criados novos tribunais de competência especializada desde que a respetiva área de competência seja restrita, em termos experimentais, ao respetivo município ou atual comarca (...) e que (...) nenhuma alteração ao "mapa judiciário" deve entrar em vigor antes de setembro de 2015." No que ao futuro Tribunal Judicial da Comarca de Santarém respeita, propõe ainda o Grupo Parlamentar a criação de uma Secção de Trabalho, com sede em Abrantes, para além daquelas previstas para Santarém e Tomar. Por último, é igualmente proposta a criação de Secções de Competência Genérica em Alcanena, Ferreira do Zêzere, Golegã e Mação. - 181191

A vereadora Ricardina Lourenço disse congratular-se por esta iniciativa e esperar que seja discutida e aprovada a proposta, em benefício de toda a população portuguesa.

Tomado conhecimento.



Nº 07 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação nº 03/2014 do Serviço Municipal de Proteção Civil – Gabinete Técnico Florestal, datada de 07 de julho de 2014, acerca do pedido do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., a solicitar a emissão de parecer relativo a ações de rearborização requerido por Sociedade Agrícola Imobiliária Quinta do Pouchão, S.A., designadamente, a modelação do terreno numa área de 16,57 ha no local Quinta do Pouchão e Jangaia, freguesia de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, Artigos 14 e 15 Secção I, Artigo 30 Secção L e artigo 49 Secção M, concelho de Abrantes. - 177797

A vereadora Ricardina Lourenço disse que os documentos de apoio disponibilizados para consulta relativamente aos assuntos da ordem de trabalhos da reunião de câmara, nomeadamente a informação técnica, não são explícitos. Disse ter depreendido que à Câmara Municipal cabe pronunciar-se sobre a modelação do terreno e não sobre a rearborização.

O Vice-Presidente da Câmara confirmou as conclusões da vereadora Ricardina Lourenço.

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável à pretensão, nos termos e com os fundamentos da referida informação nº 03/2014 do Serviço Municipal de Proteção Civil – Gabinete Técnico Florestal.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 08 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho datado de 22 de julho de 2014, que aprova as alterações às minutas dos contratos de arrendamento e de comodato dos espaços a utilizar no Edifício Millenium, tendo em vista a operacionalização do "Projeto Bairro Convida", aprovadas na reunião de 22 de abril de 2014, sendo a mais significativa a alteração de frações no contrato de comodato.
- 167914

A vereadora Ricardina Lourenço disse que a CDU mantém a mesma posição que tomou na reunião de 22 de abril de 2014, uma vez que, pese embora haja todo o interesse em melhorar as condições daquele espaço, entende que não deve ser a Câmara Municipal a suportar todos os custos.

A vereadora Elza Vitório questionou se, com esta proposta, se verifica o aumento do número de frações utilizadas e se haverá plena ocupação do espaço. Questionou quando se iniciarão as atividades previstas.

O vereador Luís Dias referiu que não há aumento, mas sim uma melhor concretização das frações. Disse também que não haverá plena ocupação do espaço com este projeto. Alguns dos espaços atualmente encerrados podem, contudo, vir a ser reabertos se os seus proprietários notarem que, com este projeto ficarão reunidas mais condições.

Sobre o início do projeto e das atividades, disse que a intenção inicial era de avançar logo após a aprovação em reunião de câmara. No entanto, existem ainda um conjunto de situações a ser ultimadas antes da concretização do projeto, nomeadamente, licenciamentos, segurança, climatização, etc.

Sobre esta questão, a vereadora Celeste Simão esclareceu ainda que os cursos da EPDRA obedecem à mesma aprovação que os restantes cursos da rede escolar, pelo que só em setembro, com o início do ano letivo, os cursos poderão ter início.

A vereadora Elza Vitório questionou ainda sobre as ações que são apoiadas pelo IEFP e alertou para as questões de segurança, já que é uma matéria que muito a preocupa.

O vereador Luís Dias disse que está em preparação os cursos de costura, em complementaridade com o projeto da Alma Lusa. Quanto à questão da segurança respondeu que essa é também uma preocupação do executivo e também dos agentes envolvidos, nomeadamente, do Conselho Municipal de Segurança.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra da vereadora Ricardina Lourenço, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 09 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Gabinete de Apoio à Presidência, que na sequência dos contratos de arrendamento e comodato de frações do Edifício Millenium a favor do Município, para dinamização do tecido económico e social local, através das diferentes entidades parceiras do Projeto Bairro ConVida, estão já a ser desenvolvidos os procedimentos necessários à operacionalização e implementação do mesmo. Para efeitos de início de algumas das atividades previstas no âmbito do projeto, aprovado em reunião da Câmara Municipal de 22 de abril de 2014, torna-se necessário e urgente legitimar as entidades executoras do protocolo para apresentarem os requerimentos/comunicações prévias para o efeito, pelo que se propõe que tal legitimação possa ser deliberada em sede de reunião de câmara, sem prejuízo da necessidade de título que venha a regular mais pormenorizadamente as relações entre o Município e as instituições em questão no que se refere à ocupação dos espaços. - 167914

A vereadora Ricardina Lourenço, à semelhança do referido no ponto nº 9, disse que a CDU mantém a mesma posição que tomou na reunião de 22 de abril de 2014, uma vez que, pese embora haja todo o interesse em melhorar as condições daquele espaço, entende que não deve ser a Câmara Municipal a suportar todos os custos.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra da vereadora Ricardina Lourenço, aprovar que as entidades, constantes do protocolo aprovado na reunião da CMA de 22 de Abril de 2014, e que vão utilizar as frações para desenvolvimento das suas atividades no âmbito desse mesmo protocolo, sejam consideradas dotadas de legitimidade, para que possam apresentar os requerimentos/comunicações prévias para o efeito, nos termos da referida informação do Gabinete de Apoio à Presidência.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 10 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, que remete para aprovação as normas do procedimento designado por "Locação de infraestruturas destinadas à instalação de unidades de miniprodução solar fotovoltaica para a produção de eletricidade" no âmbito do Decreto-Lei nº 34/2011, de 08 de março, que tem como objeto a locação de infraestruturas, destinadas à implantação de unidades de miniprodução solar fotovoltaica para a produção de electricidade, com potências compreendidas entre 20kW e 250 kW, nos seguintes locais do Município de Abrantes: Açude Insuflável, Piscina Tramagal e Pavilhão Municipal do Tramagal e bem assim, a abertura e desenvolvimento do próprio procedimento, através de edital, em articulação com a Médio Tejo 21 - Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul. - 182663

A vereadora Ricardina Lourenço questionou sobre os critérios para a obtenção dos valores.

O Vice-Presidente disse que os valores previstos foram analisados pela Médio Tejo 21 e pelos serviços das autarquias envolvidas e que são valores correspondentes aos preços de mercado.



Deliberação: Por unanimidade, aprovar as normas e abertura do referido procedimento designado por "Locação de infraestruturas destinadas à instalação de unidades de miniprodução solar fotovoltaica para a produção de eletricidade".



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a permuta dos prédios identificados, oportunamente autorizada por deliberação da Câmara Municipal de 23 de abril de 1999, autorizando-se a desanexação da parcela de terreno com a área de 18.867 m², que vai ser subtraída à área do prédio rústico 25 da Seção F8, da União de Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, prédio este descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 00181/19861124, destinando-se a arruamentos e incorporação em lotes, com a configuração previamente prevista no plano de pormenor do Parque Industrial, sendo esta aquisição de manifesto interesse público.

Mais se propõe que se aprove que a parcela a adquirir para o Município é efetuada por via do direito privado, com enquadramento no artigo décimo primeiro do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99 de 18/9, não havendo, também, inconveniente do ponto de vista urbanístico, e não resultando para o prédio originário qualquer ónus de não fracionamento, ao abrigo do artigo 6º do decreto-lei 555/99 de 16.12, na atual redação.

Deve também ser aprovada a minuta da escritura, a celebrar entre João dos Santos Batista, Emídio Santos Batista e o Município de Abrantes, no valor de 83.948,00€ (oitenta e três mil novecentos e quarenta e oito euros) e delegados poderes na Presidente da Câmara para assinatura da mesma. -170533

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a permuta dos terrenos identificados, considerando a parcela a adquirir pelo Município com o enquadramento referido, não resultando para o prédio originário qualquer ónus de não fracionamento, porque não sujeito ao regime do artigo 6º do decreto-lei 555/99 de 16.12, na atual redação, pois é a Autarquia interessada, tendo em vista a concretização de interesse público, encontrando-se isenta do controlo prévio de operações urbanísticas e por consequência da exceção no âmbito dos fracionamentos, assim como aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 15 de julho de 2014, acerca do pedido de Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Aldeia do Mato, a solicitar a dispensa do pagamento da taxa relativa a ocupação de espaço público com andaimes, para proceder à pintura da igreja de Aldeia do Mato, pelo período de 30 dias. - 176906



Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento de taxas, no valor de 167,96€ (cento e sessenta e sete euros e noventa e seis cêntimos), nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 15 de julho de 2014, acerca do pedido do Município do Gavião, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas relativas ao licenciamento de publicidade com pendões, alusivos à XXII Feira Mostra de Artesanato, Gastronomia e Atividades Económicas. - 180101

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento de taxas, no valor de 16,17€ (dezasseis euros e dezassete cêntimos), nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 14 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 18 de julho de 2014, que remete para aprovação, listagem dos pedidos de dispensa de pagamento das taxas de licenciamento de diversos eventos apresentados no mês de junho de 2014, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 576,35€ (quinhentos e setenta e seis euros e trinta e cinco cêntimos).

Mais informa que, analisado cada pedido, verificou-se que todos os requerentes se enquadram no tipo de entidades previstas no artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças e que se encontram cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do mesmo Regulamento. Também se verifica que, com exceção da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa das Bicas, os requerentes não tem dívidas ao Município à data de 17 de julho de 2014. - 175338

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 576,35€ (quinhentos e setenta e seis euros e trinta e cinco cêntimos) de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização.

Informar as requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Ata da reunião de 29 de julho de 2014



Relativamente à Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Bicas, a dispensa de pagamento, a ser aprovada, só venha a ter lugar após o pagamento dos valores em dívida (8,45€ relativo a licença de recinto improvisado), havendo lugar ao pagamento dos valores das taxas dispensadas caso a dívida não seja regularizada.



Divisão Financeira

Nº 15 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da informação da Chefe da Divisão Financeira, que dá conta que o IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., formulou um convite para apresentação de proposta, no âmbito de um Ajuste Direto Regime Simplificado, para celebração de contrato com vista a utilização de uma sala do Estádio Municipal de Abrantes, para realização de ação de formação inserida na modalidade Vida Ativa.

O período de utilização será entre 15 de julho e 15 de novembro (todos os dias úteis, em período laboral (9h às 17h)). Apresentam como preço base do procedimento 1.400,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Nos termos da alínea i) do nº 1 do artº 64º do Regulamento de Licenças e Tabela de Taxas do Município de Abrantes em vigor, o custo hora por dia útil da sala é de 10,43€, acrescido de IVA a taxa legal em vigor. Considerando, os dias previstos, tal significaria um montante total a cobrar de cerca de 7.342,72€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. De acordo com informação anterior do Diretor do DAF, *“como o espaço está sob a incidência do Regulamento e Tabela e para se afastar o regime regra, terá de ser proferida deliberação da C.M. reduzindo parcialmente o valor, atendendo a que a entidade e pessoa coletiva de direito público, acrescentando-se que a atividade tem eminente interesse municipal, em razão de os formandos serem residentes, na maior parte, no concelho de Abrantes, e em regra de se retirar partido efetivo da utilização. (...)”*.

Neste sentido, sugere a aprovação da dispensa parcial do pagamento das taxas devidas, conforme previsto na alínea a) do artº 10º da do Regulamento de Licenças e Tabela de Taxas do Município de Abrantes em vigor aceitando-se o pagamento 1.400,00€ (mil e quatrocentos euros) acrescido do IVA, com os fundamentos acima referidos.

Atendendo à urgência, a Presidente da Câmara, por despacho de 15 de julho aprovou a dispensa de taxas, remetendo esse despacho à ratificação do órgão executivo. - 180886

A vereadora Ricardina Lourenço disse que a posição da CDU era semelhante a outras situações anteriores idênticas, uma vez que o IEFP tem orçamento próprio e que poderá suportar os custos com a sala de formação.

O vereador Luís Dias disse que participam muitas pessoas do concelho nestas formações, em particular desempregados. Por isso, não seria bom, nem para a autarquia, nem para a população do concelho, que o IEFP as desloque para outros locais ou concelhos, que ofereçam melhores preços de aluguer de sala.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra da vereadora Ricardina Lourenço, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara que aprovou a dispensa parcial do pagamento das taxas devidas, conforme previsto na alínea a) do artº 10º do Regulamento de Licenças e Tabela de Taxas do Município de Abrantes em vigor, aceitando-se o pagamento de 1.400,00€ (mil e quatrocentos euros) acrescido do IVA, nos termos da informação da Chefe da Divisão Financeira de 13 de julho de 2013.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

A vereadora Ricardina Lourenço apresentou a seguinte declaração de voto:

"O IEFP é um organismo sob tutela pública, pelo que é dotado de um orçamento próprio previsto no Orçamento de Estado.

Assim, considerando que todos os custos da realização da formação prevista pelo IEFP em Abrantes estão previstos no seu Orçamento para 2014, não cabe a este município arcar com qualquer tipo de despesas/benefícios relacionadas com este Instituto.

Neste sentido, a CDU vota contra esta proposta de deliberação."



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, de 09 de julho de 2014, que remete para aprovação o parecer prévio vinculativo para renovação do contrato nº 48/2013, celebrado com a prestadora de serviços Fernanda Maria Duarte Mendes, para "Prestação de serviços de jornalismo para apoio especializado ao Gabinete de Comunicação", no valor de 12.493,08€ (doze mil quatrocentos e noventa e três euros e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo período de um ano. - 125430

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio vinculativo, com vista à renovação do contrato relativo à "Prestação de serviços de jornalismo para apoio especializado ao Gabinete de Comunicação", pelo valor de 12.493,08€ (doze mil quatrocentos e noventa e três euros e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 13 de julho de 2014, remetendo para aprovação, o pedido de parecer prévio vinculativo para "Aquisição de serviços para conclusão da versão final do Projeto de Revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Abrantes", com convite à firma "Aresta - Projetos, Consultoria e Formação, Lda.", com duração de 6 meses, pelo preço base de 38.045,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 171177

A vereadora Elza Vitório questionou se este processo é o que já foi discutido noutras ocasiões.



O Vice-Presidente confirmou e prestou mais alguns esclarecimentos sobre este processo.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio vinculativo nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 13 de julho de 2014, que no seguimento de comunicação da "Iberdrola Generacion, S.A.U.", que refere "no seguimento de legislação publicada em Espanha, que determina que uma empresa não pode ser simultaneamente produtora e comercializadora de eletricidade, houve a necessidade de criar uma nova sociedade - Iberdrola Clientes, S.A.U., a partir do dia 1 de Julho de 2014, que assumirá a atividade de comercialização da Iberdrola Generación, S.A.U.", sugere autorização de cessão de posição contratual, no âmbito do contrato nº 49/2013, celebrado com "Iberdrola Generacion, S.A.U.", para fornecimento de energia elétrica ao abrigo do Acordo Quadro da ANCP. – 120846

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cessão de posição contratual, no âmbito do contrato nº 49/2013, celebrado com "Iberdrola Generacion, S.A.U.", para fornecimento de energia elétrica ao abrigo do Acordo Quadro da ANCP, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 15 de julho de 2014, remetendo para aprovação, o pedido de parecer prévio vinculativo para "Aquisição de serviços de inspeção a redes e ramais de gás em edifícios do Município de Abrantes", a realizar até final do ano 2014, a celebrar com a firma "Bruno Miguel Milheiro Lopes Gonçalves", cujo preço base do procedimento é de 8.880,00€ (oito mil oitocentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. – 180259

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio vinculativo nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão Financeira, datada de 13 de julho de 2014, remetendo para aprovação, o pedido de parecer prévio vinculativo para "Aquisição de serviços para a execução de nova delimitação das Áreas de risco de erosão hídrica do solo", de acordo com as orientações emanadas pela CCDR-LVT no âmbito da proposta de Reserva Ecológica Nacional Bruta, que constituirá o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes, a celebrar com a firma

Ata da reunião de 29 de julho de 2014



"Implenitus - Land, Lda.", com a duração de 2,5 meses, cujo preço base do procedimento é de 6.000,00€ (seis mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. – 39742

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio vinculativo nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 22 de julho de 2014, sugerindo que, no âmbito do procedimento para a "Prestação de Serviços na Área de Seguros", só seja permitida a apresentação de propostas pelas entidades designadas por "Seguradoras" legalmente constituídas e autorizadas pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal a explorar os ramos e modalidades de seguro objeto do presente procedimento e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do CCP – Código dos Contratos Públicos, bem como, nomeação da Corbroker - Corretores de Seguros, S.A., como corretora de seguros na gestão da carteira de apólices do Município de Abrantes, nos termos da legislação em vigor, para o efeito o Decreto-Lei 144/2006 de 31 de Julho. - 173890

Deliberação: Por unanimidade, aprovar nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 22 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 22 de julho de 2014, para atribuição de subsídio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no âmbito do protocolo celebrado com essa entidade, cujo montante estimado ascende a 8.880,00€ (oito mil oitocentos e oitenta euros), com vista ao fornecimento de refeições aos participantes no programa "Férias Jovens - Verão 2014". - 180335

A vereadora Elza Vitório questionou se outras instituições que levam a efeito estas atividades também recebem este tipo de apoio da autarquia.

O vereador Luís Dias disse que as "Férias Jovens - Verão 2014" são uma iniciativa municipal e que o apoio que aqui está em causa diz respeito ao fornecimento de refeições durante um mês aos cerca de 200 jovens inscritos nestas atividades pelo Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, com um custo social, ao abrigo de um protocolo já com alguns anos. A autarquia não tem cantina municipal para o fornecimento destas refeições. Esta escolha está relacionada com a localização das instalações do Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes e com os preços praticados, já que a escolha de um restaurante para o fornecimento das refeições significaria, com certeza, encargos muito mais elevados e os pais não comportariam a despesa. Se as atividades fossem desenvolvidas noutro local, teria que ser outra instituição, obviamente,

Ata da reunião de 29 de julho de 2014



a fornecer as refeições às crianças participantes, pelo que disse não que não vê aqui qualquer desigualdade.

Acrescentou ainda que a autarquia apoia todas as entidades que desenvolvem atividades desta natureza, com alguma regularidade, quer através do FinAbrantes, quer pela isenção de taxas pela utilização dos espaços, etc.. Neste caso, é um projeto específico, que é uma iniciativa municipal e que a autarquia não dispõe de cantina para fornecer as refeições aos jovens e aos monitores das atividades.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de subsídio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, cujo montante estimado ascende a 8.880,00€ (oito mil oitocentos e oitenta euros), com vista ao fornecimento de refeições aos participantes no programa "Férias Jovens - Verão 2014", de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património

Nº 23 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos desportivos, a levar a efeito de 29 de julho a 13 de agosto do corrente ano, no âmbito do plano de atividades para 2014 da Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património. – 181524

O vereador Luís Dias fez alusão particular ao dia 12 de agosto, dia em que se assinala o Dia Mundial da Juventude.

Tomado conhecimento.



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho datado de 21 de julho de 2014, que aprova a cedência gratuita do Castelo de Abrantes, nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2014, no âmbito da realização de um encontro de formação para monitores de três movimentos Católicos apoiados pela Companhia de Jesus: Gambozinos, Campinácios e CAMTIL, estando presentes 50 a 100 voluntários, entre os 18 e 30 anos. - 178559

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 25 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho datado de 21 de julho de 2014, que aprova o pedido do Agrupamento de Escuteiros 42 do Corpo Nacional de Escutas, de Penha de França, Lisboa, a solicitar a cedência gratuita do espaço do Castelo de Abrantes, para pernoita na noite de 28 para 29 de julho de 2014, no âmbito de uma atividade volante entre a cidade de Abrantes e Vila de Rei.

O grupo é constituído por 10 jovens, dos 14 aos 18 anos e dirigente responsável pela secção. - 177849

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 26 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património, que remete para aprovação, o acesso gratuito às instalações da piscina de ar livre, no Dia internacional da Juventude – 12 de agosto de 2014, a todos os jovens até aos 30 anos de idade. - 181514

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o acesso gratuito às instalações da piscina de ar livre, no Dia internacional da Juventude – 12 de agosto de 2014, a todos os jovens até aos 30 anos de idade.



Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo

Nº 27 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, que remete para aprovação, o pedido da Associação Palha de Abrantes, a solicitar a dispensa do pagamento da tarifa devida pela utilização de autocarro municipal, no dia 12 de setembro de 2013, para deslocação a Lisboa com crianças no âmbito das atividades promovidas por aquela associação, sobre a qual foi emitida a fatura nº GF13-02122, de 19 de setembro de 2013, no valor de 183,64€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.- 181630

A vereadora Elza Vitório questionou a razão do desfasamento deste pedido em relação à data da fatura e se não seria mais adequado a autarquia dispensar logo o pagamento da deslocação.

O vereador Luís Dias esclareceu que o não pagamento desta fatura tem impedido o recebimento pela associação de apoios por parte da autarquia, nomeadamente no que diz respeito ao FinAbrantes. Quanto à possibilidade de dispensa imediata, tratando-se de uma associação, essa questão não está prevista no regulamento e os valores praticados já são preços mais reduzidos que os preços de mercado.



Deliberação: Por unanimidade, autorizar a anulação da fatura nº GF13-02122 de 19 de setembro de 2013, no valor de 183,64€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e a dispensa total do pagamento da respetiva tarifa devida pela utilização de autocarro, no dia 12 de setembro de 2013.



Nº 28 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para aprovação do órgão executivo as seguintes minutas de protocolos:

- Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Abrantes e a Cooptécnica – Gustave Eiffel – Cooperativa de Ensino e Formação Técnico Profissional, C.R.L.;
- Protocolo para a formação em contexto de trabalho a celebrar entre o Município de Abrantes e o Instituto Superior de Educação e Ciências, para os alunos no curso técnico superior profissional em Proteção Civil e Socorro;-

Deliberação: Por unanimidade, aprovar os protocolos, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas

Nº 29 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 16 de julho de 2014, dando conta de um e-mail da sociedade Rui Pratas Ribeiro, Lda., entidade fiscalizadora da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", referindo que a CIP – Construção, S.A., adjudicatária da referida empreitada, remeteu cópia do contrato de subempreitada em obra celebrado com Lisboa & Silva, Lda. possuidora do Título de Registo n.º 86543, válido até 03 de fevereiro 2015.

Nos termos do artigo 383.º do Código dos Contratos Públicos é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 527.701,82€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 703.602,42 €.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante total de 1.408,00€, representando 0,20 % do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 207.548,84 €, representando 29,50 %, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra. - 181515

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 16 de julho de 2014.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara João Gomes, referente à informação nº 135 da UOPE – Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 10 de julho de 2014, acerca da conta final definitiva da empreitada de "Construção de Arruamento Envolvente ao Centro Escolar de Alferrarede, entre a Avenida Dr. Mário Soares e a Rua Prof. Raimundo Mota – Abrantes" que se transcreve: - 180868

Valor da Adjudicação (Preço Contratual)	149.604,00€
Trabalhos a Menos	3.100,50€
Trabalhos Contratuais Realizados	146.503,50€
Revisão de Preços	799,16€
Total	147.302,66€

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a conta final definitiva da referida empreitada, elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 31 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, respeitante a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 03 de julho de 2014, acerca do pedido apresentado por VDF - Vale de Ferreiros, Agro-Turismo, Lda., para alteração do número de unidades de alojamento, de 4 (quatro) para 5 (cinco), integradas no Empreendimento de Turismo no Espaço Rural, na modalidade de "Casas de Campo" – 175337

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a capacidade máxima do Empreendimento de Turismo no Espaço Rural em 7 (sete) unidades de alojamento, nos termos na referida informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.

Nº 32 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Vice-Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

João Carlos Teixeira Gomes

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Elza Alexandra Justino Santos

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 29.07.2014

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG3521/2014:162066	10-03-2014	152247467	Maria da Conceição de Jesus Lemos Grácio / Rua Professor Dr. Jorge Mineiro, n.º 37 - Tramagal	Alterações em edifício destinado a habitação / Rua Prof. Dr. Jorge Mineiro, n.º 37 - Tramagal	Despacho	21-07-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos. Deverá igualmente notificar-se a titular do processo da necessidade da pintura do edifício, na esfera do seu dever da conservação do edificado, consagrado no Artigo 89º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
PG5527/2014:167770	14-04-2014	508170753	Ourogal, S.A / Casal das Sarnadas - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Alteração de edifício destinado a lagar de azeite / Casal das Sarnadas - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	23-07-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.